

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
18ª Sessão Ordinária de 2018

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 30/10/2018, págs. 1/16)

Dia: 13/11/2018

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata 17ª Sessão Ordinária (23/10/2018).

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (25/09/2018)

- 2) Correição nº 0.00.000.000150/2017-70
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 3) Correição nº 0.00.000.000018/2018-49
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Pará
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Pará.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 4) Correição nº 0.00.000.000019/2018-93
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Pará
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Militar no Estado do Pará.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 5) Correição nº 0.00.000.000020/2018-18
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

- 6) Correição nº 0.00.000.000021/2018-62
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/10/2017

- 4) Pedido de Providências nº 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 28/11/2017

- 6) Proposição nº 1.00973/2017-77
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 7) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedido de Vista em 27/02/2018

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/04/2018

- 10) Pedido de Providências nº 1.00179/2018-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – SINDSEMP/MG
Advogado: Leonardo Militão Abrantes – OAB/MG n.º 77.154
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Vedação ao Procurador-Geral de Justiça de editar Resolução. Codificação, identificação, critérios e lotação. Cargos de que trata o art. 2º, da Lei Estadual nº 22.618/2017. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Pedido de Vista em 12/06/2018

- 11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Lei Complementar n.º 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00159/2017-16.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 26/06/2018

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP n.º 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedidos de Vista em 28/08/2018

- 13) Proposição nº 1.00513/2018-48
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Priorização da persecução penal relativa aos crimes contra vida, integridade física e de ameaça, tentados e consumados, praticados contra jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores no Brasil, no exercício da profissão ou em razão dela.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00654/2018-15
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Violação de dever funcional. Realização de ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Requerimento de arquivamento. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01117/2017-57. Portaria CNMP-CN nº 171/2018.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista em 11/09/2018

- 15) Procedimento Avocado nº 1.01143/2017-76
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Procedimento Avocado. Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2017-CGMP/PA. Cumprimento do acórdão proferido na Avocação CNMP nº 1.00853/2017-42.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista em 25/09/2018

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2018-52
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Celina Maria Peixoto Tavora
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Afastamento para exercício de mandato classista. Indeferimento. Limite constitucional de servidores afastados para desempenho de mandato classista. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 18) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 19) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 09/10/2018

- 21) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00207/2018-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Prática de ato incompatível com o cargo. Prática de ato reprovável. Portaria CNMP-CN nº 75/2018. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00200/2018-26.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 23/10/2018

- 22) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00058/2017-27
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Advogado: João Batista de Almeida – OAB/DF n.º 2067
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Improbidade Administrativa. Apropriação ilegal de ajuda de custo. Remoção de Umuarama para Foz do Iguaçu. Vantagem patrimonial indevida. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000316/2016-77.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Processo com julgamento iniciado

- 23) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

24) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 27) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP n.º 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

- 28) Proposição n.º 1.00294/2016-71
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 29) Proposição n.º 1.00299/2017-30
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP n.º 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição n.º 1.00720/2017-02
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 31) Proposição n.º 1.00940/2017-72
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)
Embargante: David Evandro da Costa Carramanho
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Amazonas
- 33) Proposição nº 1.00185/2017-35
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 34) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40
Requerente: Abdel Hakim Farache
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo
- 35) Proposição nº 1.00953/2017-88
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.00962/2017-79
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 37) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

- 38) Proposição nº 1.00109/2018-83
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 39) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00166/2018-90
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Falta de urbanidade. Violação do dever funcional. Manifestação pública indevida. Portaria CNMP-CN nº 31/2018. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2017-89.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

- 40) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 41) Pedido de Providências nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

- 42) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00107/2018-76
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros retroativos até o ano de 2004.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 45) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar nº 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP nº 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (29/05/2018)

- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01157/2017-35
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Decisão no Procedimento Administrativo GAMPES nº 201700137748-97, que determinou o afastamento da incidência da Resolução CNMP nº 09/2006. Determinação de cumprimento do teto remuneratório e restituição de valores recebidos irregularmente aos cofres públicos.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Espírito Santo

Incluído na Pauta da 10ª Sessão (12/06/2018)

- 47) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (26/06/2018)

- 48) Reclamação Disciplinar n.º 1.01138/2017-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Pedido de Revisão de Decisão Monocrática de arquivamento proferida na Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 12ª Sessão (14/08/2018)

- 49) Consulta nº 1.00178/2018-41
Requerente: Ivonei Sfoggia
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Gratificação em virtude de participação em banca de concurso público para ingresso na carreira. Incidência no teto constitucional.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (28/08/2018)

- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Embargado: Tamar Oliveira Luz Dias
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Bahia
- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01097/2017-88
Requerentes: Ariel José Guimarães Nascimento; Bruno Pinto e Silva; Luis Eduardo Souza e Silva; Vera Leilane Mota Alves de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Lista de antiguidade. Critério de desempate. Tempo de serviço público. Não consideração do tempo de carreira no Ministério Público. Exercício de cargo de Promotor em outros Estados.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Bahia
- 52) Proposição nº 1.00537/2018-51
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acréscimo do inciso IV ao art. 1º da Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009. Cômputo de serviço voluntário que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos. Comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00693/2018-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Raphael Perisse Rodrigues Barbosa
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Violação ao Princípio do Promotor Natural. Reconhecimento da legitimidade para oferecimento de alegações finais nos autos da Ação Penal nº 0000863-34.2018.4.01.3500. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 14ª Sessão (11/09/2018)

- 54) Pedido de Providências nº 1.00559/2018-58
Requerente: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Possibilidade de plantões do Ministério Público Federal serem feitos por procuradores com domicílio nas subseções judiciárias onde designados os plantões regionais. Melhoria da intervenção do MPF nas audiências de custódia.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (25/09/2018)

- 55) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00902/2017-00
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Lorena Maria de Alencar Normando da Fonseca – OAB/DF n.º 33.980
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Atividade político-partidária. Comício eleitoral das Eleições Municipais de 2016. Município de Humaitá. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01036/2016-67. Portaria CNMP-CN nº 182/2017.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 56) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00514/2018-00
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00281/2018-46. Portaria CNMP-CN nº 149/2018.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 57) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00758/2018-75
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme – OAB/DF n.º 34.934
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 05/2017. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00007/2017-40.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

- 58) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00760/2018-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Manifestação pública indevida. Palavras injuriosas contra Defensor Público. Audiência de instrução e julgamento do processo criminal n° 15479-75.2010.811.0042. Informações colhidas na Sindicância CNMP n° 1.00275/2018-16. Portaria CNMP-CN n° 186/2018.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão (09/10/2018)

- 59) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00364/2018-53 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maurícia Marcela Cavalcante Mamede Furlani
Embargado: Plácido Barroso Rios – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo Administrativo Eletrônico n.º 8720/2018-5. Remoção. Necessidade de elevação da Promotoria de Justiça de Horizonte. Entrância Inicial. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará
- 60) Avocação n.º 1.00832/2018-90
Requerentes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64.795
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Avocação. Inquérito Administrativo Disciplinar n° 351.2018.99.900/2, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Trabalho. Irregularidades na produção do relatório que embasa a instauração do Inquérito Administrativo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 61) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00865/2018-94 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. XV Concurso público para ingresso na carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Prova Preambular. Violação à Lei Complementar n° 97/2010 (LOMP-PB) e ao Edital n° 01/2018. Ausência de questões relacionadas à Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba (LOJE-PB). Pedido Liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão (23/10/2018)

- 62) Reclamação Disciplinar nº 1.00652/2018-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Maranhão
Advogados: Thiago Roberto Moraes Diaz – OAB/MA n.º 7.614; Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho – OAB/MA n.º 7.551 e outros
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Maranhão
- 63) Pedido de Providências nº 1.00688/2018-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Nelson Araújo dos Santos
Recorrido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Arquivamento do Procedimento Preparatório n.º 46.16.01.0040. Supostas irregularidades por parte da Associação de Caridade do Lagarto.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Sergipe
- 64) Avocação nº 1.00863/2018-87
Requerente: Marcelo Barbosa de Castro Zenkner
Advogado: Fabio Eduardo Galvão Ferreira Costa – OAB/RJ n.º 167.179
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 2017.0024.9461-36. Portaria nº 22/2018. Tramitação na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo
- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00894/2018-74
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Falsificação de documento público. Uso de documento falso. Atos de improbidade administrativa. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00105/2018-69. Portaria CNMP-CN nº 200/2018.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (13/11/2018)

66) Proposição nº 1.01005/2017-60

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Impossibilidade de oposição de embargos de declaração em face de decisões monocráticas proferidas pelo Corregedor Nacional em sede de Reclamação Disciplinar, considerando a ausência de expressa previsão regimental quanto à matéria.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

67) Reclamação Disciplinar nº 1.00231/2018-13 (Recurso Interno)

Recorrente: Sigiloso

Advogado: Manoel Augusto Caillaux de Campos – OAB/MG nº 72.888

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Minas Gerais

68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00250/2018-59

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Assédio moral contra servidores. Tratamento desrespeitoso e humilhante.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

69) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00563/2018-70

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2016. Pena desproporcional. Necessidade de aplicação da pena de suspensão, bem como desconto de vencimentos.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Piauí

70) Reclamação Disciplinar nº 1.00745/2018-60 (Recurso Interno)

Recorrente: Erivelton Cabral Silva

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em face de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Maranhão

- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00764/2018-03
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 35º Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira. Primeira fase. Gabarito de questões discursivas. Indeferimento de recursos. Ausência de fundamentação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio de Janeiro
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00896/2018-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando José de Sousa Lopes
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão. NF-000859.2018.22.000/1. Omissão de prestação de assistência jurídica por parte de sindicato a servidor público estatutário. Indeferimento de pedido de instauração de inquérito civil.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Piauí
- 73) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00898/2018-99
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Manifestação pública indevida. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00762/2018-98. Portaria CNMP-CN nº 201/2018.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00949/2018-55
Requerente: Marcus Marcelus Gonzaga Goulart
Requerido: Ministério Público Federal – Procuradoria da República/DF
Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal e Territórios. Desconstituição do Congresso Interno da Procuradoria da República no Distrito Federal. Resolução PRDF nº 31/2018. Alteração de atribuições dos Ofícios da PRDF. Competência do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Garantia da inamovibilidade. Pedido liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00975/2018-74

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Improbidade Administrativa. Prática incompatível com o cargo. Acórdão proferido nos autos da Revisão de Decisão Monocrática na Sindicância nº 1.00844/2017-51.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público